

**Inovação social em políticas públicas de redução de danos para usuários de drogas: o caso da parceria entre Estado e Sociedade Civil no projeto Corra pro Abraço em Salvador da Bahia**

Emanuelle Santos Silva<sup>1</sup>

Edgilson Tavares de Araújo<sup>2</sup>

**RESUMO**

O Brasil investe mais recursos na erradicação da produção, repressão aos traficantes e criminalização dos usuários, que em ações de prevenção e redução de danos, que tem se demonstrado pouco efetivo e distanciado os usuários de substância psicoativa das estratégias de saúde pública. Buscando criar novos arranjos de políticas públicas que garantam os direitos individuais da população de usuários de drogas, o Projeto Corra pro Abraço, vem sendo realizado desde julho de 2013, pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social / Governo do Estado da Bahia em Parceria com a ONG CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes, em duas das principais cenas de uso de drogas no Centro Histórico de Salvador da Bahia (Praça Tiradentes e Aquidabã), usando como estratégia a arte-educação e formação política. O objetivo geral deste artigo é trazer análises preliminares sobre as estratégias de redução de danos físicos e sociais adotadas pelo Corra pro Abraço e suas possíveis características de inovação social em políticas públicas. A metodologia utiliza a observação participante e análise documental tendo como base na teoria da instrumentalização de políticas públicas (LASCOURMES, LE GALÉS, 2012). Os resultados iniciais apontam como instrumento de política pública Corra pro Abraço pode ser considerado como exemplo na execução de uma ação pública de redução de danos em parceria entre Estado e sociedade civil. A atuação da equipe multidisciplinar e o uso da arte-educação, jogos cooperativos e formação política são inovações sociais que têm contribuído para os resultados do projeto, gerando inclusive resultados não esperados inicialmente como a abdicção e redução do uso de drogas pelos usuários.

**RESUMEN**

El Brasil invierte más recursos en la erradicación y producción, represión de los traficantes y la criminalización de los usuarios, que en la prevención y reducción de daños, que ha se demostrado ineficaz y distanciado de los consumidores de sustancias psicoactivas y de las estrategias de salud pública. Tratando de crear nuevos mecanismos de política pública que garanticen los derechos individuales de los ciudadanos usuarios de drogas, lo proyecto Corra pro Abraço (Correr pro Abrazo) que se ha celebrado desde julio de 2013, por el Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social / Governo do Estado da Bahia em parceria com a ONG CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes, em dos de las principales escenas de consumo de drogas en Centro Histórico de Salvador de Bahía (Plaza Tiradentes y Aquidabã), utilizando una estrategia de la arte-educacion y la formación política. El objetivo de este trabajo es proporcionar análisis preliminares de las estrategias de

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Diretoria de Gestão e Monitoramento de Políticas sobre Drogas / Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social / Governo do Estado da Bahia. (manusani@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Doutor em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP); professor do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social e do e do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); (edgilson@gmail.com)

redução de danos físicos e sociais adotadas por el Corra pro Abraço e posibles características de la innovación social en las políticas públicas. La metodología utiliza la observación participante y el análisis de documentos basada en la teoría de la instrumentación de políticas públicas (LASCOURMES, LE GALES, 2012). Los resultados iniciales señalan como un instrumento de política pública Corra pro Abraço puede ser considerado como un ejemplo en la aplicación de una acción pública de reducción del daño en colaboración entre el Estado y la sociedad civil. El trabajo del equipo multidisciplinario y el uso de la arte-educación, juegos cooperativos y la educación política son las innovaciones sociales que han contribuido a los resultados del proyecto, incluyendo los resultados de generación no esperados inicialmente como la abdicación y la reducción del consumo de drogas por los usuarios.

## ABSTRACT

Brazil invests more resources in the eradication of production, crackdown on traffickers and criminalization of users, which in prevention and harm reduction, which has been shown to be ineffective and distanced the psychoactive substance users of public health strategies. Seeking to create new public policy arrangements that guarantee individual rights of drug users population, the Corra pro Abraço (Run to Hug) project, has been held since July 2013, by the Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social / Governo do Estado da Bahia partnership with NGO CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes, in two of the main drug use scenes in the Historic Center of Salvador - Bahia (Tiradentes Square and Aquidabã), using a strategy of art education and political training. The aim of this paper is to provide preliminary analyzes of the reduction strategies of physical and social harm adopted by Run pro Hug and possible characteristic of social innovation in public policy. The methodology uses participant observation and document analysis based on the instrumentalization of the theory of public policy (LASCOURMES, LE GALES, 2012). Initial results point as a public policy tool Corra pro Abraço can be considered as an example in implementing a public action of harm reduction in partnership between the state and civil society. The work of the multidisciplinary team and the use of art education, cooperative games and political education are social innovations that have contributed to the results of the project, including generating results not initially expected as the abdicación and reduction of drug abuse by users.

## 1. Introdução

A contemporaneidade tem sido marcada pelo consumo desenfreado, pela hipervalorização da imagem e o esvaziamento de valores éticos e afetivos, fragilizando os vínculos familiares e comunitários. As sociedades experimentam um momento de rompimento de pactos sociais estruturantes das relações humanas, sem que novos pactos sejam firmados. Desta forma, muitos jovens, ricos e pobres, vêm sendo arrastados para o universo da drogadição<sup>3</sup>. No

---

<sup>3</sup> Drogadição = Adicção à drogas. A etimologia do vocábulo “adicção” remete ao latim. “ Adicto” origina-se no particípio passado do verbo “addico”, que significa “adjudicar” ou “designar”. Este particípio é “addictum” e quer dizer o “adjudicado” ou “designado” – o “oferecido” ou “oferendado”.

Nos tempos da República Romana, “ addictum” designava o homem que, para pagar uma dívida, se convertia em escravo por não dispor de outros recursos para cumprir o compromisso contraído.

O substantivo “adição” designa, em nossa língua, a inclinação ou o apego de alguém por alguma coisa. (BUCHER, 1992)

Brasil, um fator histórico torna esta realidade ainda mais dramática: a ausência secular de políticas públicas efetivas voltadas para os usuários de substância psicoativas (SPAs).

Diversos fatores vêm contribuindo para o aumento exponencial do uso de SPAs lícitas e ilícitas<sup>4</sup>, sobretudo nos grandes centros urbanos bem como passamos por um processo de “interiorização” da comercialização e uso de drogas ilícitas. Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, publicado em 2011, pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes – UNODC, mais de 200 milhões de pessoas no mundo todo, cerca de 5% da população entre 15 e 64 anos, fazem uso de drogas ilícitas ao menos uma vez por mês (UNODC, 2011).

As estatísticas oficiais do Governo brasileiro justificam a necessidade de investimentos públicos nessa área. A Secretaria Nacional sobre Drogas, do Ministério da Justiça, realizou em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ um estudo que pudesse delinear o perfil da população usuária de crack e outras formas similares de cocaína fumada (pasta base, merla e “oxi”) no país e identificou que nas capitais do país e Distrito Federal, para a população desses municípios que consomem crack e/ou similares de forma regular é na proporção de, aproximadamente, 0,81% (Intervalo de Confiança de 95% (IC95%): 0,76 – 0,86), o que representaria cerca de 370 mil usuários. Nesses mesmos municípios, a estimativa para o número de usuários de drogas ilícitas em geral (com exceção da maconha) é de 2,28% (IC95% 2,17-2,38), ou seja, aproximadamente 1 milhão de usuários. Sendo assim, usuários de crack e/ou similares correspondem a 35% dos consumidores de drogas ilícitas nas capitais do país.

Outro dado importante da referida pesquisa é que o quantitativo de usuários de crack e/ou similares são jovens e adolescentes, abaixo de 18 anos de idade. Dessa forma, para as capitais do Brasil, observou-se que dos 0,81% da população que se estimou ser consumidora regular de crack e/ou similares, 0,11% eram crianças e adolescentes; e 0,70% eram acima de 18 anos. Dentre os 370 mil usuários de crack e/ou similares estimados, tem-se que cerca de 14% são menores de idade, o que representa aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes que fazem uso dessa substância nas capitais do país. Mesmo diante de tais dados, segundo o Relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, o Brasil investe mais recursos na erradicação da produção, repressão aos traficantes e criminalização dos usuários, do que em

---

<sup>4</sup> Segundo o Glossário de Álcool e Drogas produzido pela Secretaria Nacional Antidrogas (2006), droga ilícita é uma substância psicoativa, cuja produção, venda ou uso são proibidos. Estritamente falando, não é a droga que é ilícita, mas sua produção, venda ou uso em circunstâncias específicas em uma dada jurisdição (*veja* substâncias controladas). “Comércio de drogas ilícitas”, um termo mais exato, refere-se à produção, distribuição e venda de qualquer droga fora dos canais sancionados legalmente. Já a droga lícita é uma droga que está legalmente disponível por receita médica em determinada jurisdição ou, por vezes, uma droga legalmente disponível sem receita médica.

ações de prevenção, redução de danos, garantia de direitos básicos dos usuários, como o acesso aos serviços de saúde e assistência social. Segundo Fonseca e Bastos (2005, p. 58), a redução de danos corresponde a “um conjunto de estratégias de saúde pública que têm por objetivo reduzir e/ou prevenir as consequências negativas associadas ao uso de drogas”.

O problema público da drogradição por essência é complexo e mal estruturado, tendo em vista que envolve diferentes atores, múltiplos interesses e conflitos de valor, além de incertezas sobre as alternativas que podem ser adotadas para minimizá-lo. Quando focado nos usuários em maior situação de risco e vulnerabilidade social, como na população em situação de rua, demandam análises mais detalhadas, sendo necessário criar novos arranjos políticos, sociais, culturais e econômicos, tendo como desdobramento a criação de ações públicas que garantam os direitos civis e sociais dessa população. Algumas ações vêm sendo testadas neste sentido, como o caso do projeto social Corra pro Abraço, desenvolvido desde julho de 2013, pela ONG Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA em parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia – Brasil, atual, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS). O projeto desenvolve uma metodologia de redução de danos em duas das principais cenas de uso de drogas no Centro Histórico de Salvador da Bahia (Praça Tiradentes e Aquidabã), usando como estratégia a arte-educação e formação política.

Este paper tem como objetivo trazer análises preliminares sobre as estratégias de redução de danos físicos e sociais adotadas pelo Corra pro Abraço e suas possíveis características de inovação social em políticas públicas. A metodologia utiliza a observação participante pesquisa participante tendo como base a teoria da instrumentalização de políticas públicas (LASCOUMES, LE GALÉS, 2012). Desde março de 2014 a primeira autora do trabalho, além de fazer o monitoramento do projeto pela SJDHDS, vem realizando a observação participante nas atuações em campo. Trata-se de resultados iniciais de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (MPGPPSS / UFRB) que ainda envolverá a realização de grupos focais com usuários participantes do projeto e entrevistas com a equipe deste.

Além desta introdução, o artigo traz uma discussão sobre inovação social em instrumentos de políticas públicas; o contexto das políticas sobre drogas a formação da agenda política sobre redução de danos no Estado da Bahia; estratégias de redução de danos do projeto Corra pro Abraço; elementos de inovação social no instrumento de política pública Corra pro Abraço; por fim, algumas considerações finais.

## 2. Inovação social em instrumentos de políticas públicas sobre drogas

Política pública está relacionada a diretrizes para o enfrentamento de um problema público, possuindo dois elementos principais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. A essência conceitual das políticas públicas é o problema público (SECCHI, 2013). A conceituação de política pública é complexa e marcada por diferentes variáveis. Existem vários conceitos e concepções este conceito, englobando a compreensão inicial, surgida nos Estados Unidos, a partir dos estudos de H. Lasswel, que reconhece a exclusividade da ação pública ao ator governo, determinando visões mais estadocêntricas. Outras concepções, porém, nascidas em países como Itália e França, sendo mais pluricêntricas, admitem a mobilização de diferentes atores públicos e privados, que não somente o governo, gerando diretrizes para solução de um problema de pública relevância, manutenção e/ou oferta de bens públicos (BOULLOSA, 2013). Assim, política pública pode ser compreendida, como um fluxo, resultante de ações e de intenções, de uma multiatorialidade (pública e privada), que se ativa por e no interesse público, em contextos de governo de problemas considerados de pública relevância ou em contextos de preservação de bens públicos (BOULLOSA, 2014). Neste sentido, a política pública não é sinônimo de instrumentos de políticas públicas (policy instruments), ainda que exista entre eles uma forte relação de metonímia (BOULLOSA, 2013).

Os instrumentos de políticas públicas dizem respeito a um “dispositivo simultaneamente técnico e social, que organiza as relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários, em função de representações e de significações de que ele é portador” (LASCOUMES, LE GALÈS, 2004 apud LASCOUMES, LE GALÈS, 2010, p. 200). No caso em questão a compreensão dos instrumentos políticas públicas sobre drogas, fora da tradição racional implica, no mínimo, em duas assunções: 1) tais instrumentos não são prerrogativa do ator governo, já que há outros atores institucionais que também se mobilizam em tais processos, relativizando um pouco a supremacia do ator governo em suas diferentes escalas de poder e atuação; 2) a correlação entre definição do problema e governo do problema. Em outras palavras, significa compreender que instrumentos são estratégias para o governo de problemas definidos por atores que estão envolvidos, voluntariamente ou não, em processos de políticas públicas (BOULLOSA, 2013, 2014).

Por isso, as políticas sobre drogas vão requerer além da fundamental ação DO governo, uma ação DE governo, que deve ocorrer de modo articulado, em torno da resolução de problemas de pública relevância da drogadição. Ou seja, requer além do engajamento do Estado,

enquanto garantidor de direitos, o apoio e o empenho da sociedade civil, dos cidadãos e da família, para consolidação da cidadania dos usuários de SPAs num processo de coprodução de bens e serviços públicos. Deste modo, todos são “ativamente envolvidos na produção e na entrega dos bens e serviços públicos, tornando-se corresponsáveis pelas políticas públicas” (SCHOMMER et al., 2011, p. 40). Trata-se, assim, de desenvolver *ação pública*, já que se compreende que consiste num conjunto de ações coletivas e multitoriais, voltadas para a criação de determinada ordem social e política, pautadas no direcionamento e na regulação das tensões da sociedade, na integração de diferentes grupos sociais e na resolução de conflitos, em torno de do problema dos riscos e da vulnerabilidade social (LASCOUMES, LE GALÈS, 2010).

A compreensão da ação pública e/ou políticas públicas sobre drogas requer entender além das diretrizes estruturantes que a norteiam, analisar como ocorre a sua instrumentalização. Para os autores franceses Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès, a teoria sobre instrumentalização das políticas públicas

remete ao conjunto de problemas apresentados pela escolha e o uso de instrumentos (técnicas, formas de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental. Trata-se de compreender, não apenas as razões que levam a escolher um instrumento em detrimento de outro, mas também verificar os efeitos produzidos por essas escolhas (LASCOUMES, LÉ GALÈS, 2004 apud LE GALES, 2012, p. 200).

Neste sentido, é preciso perceber pelo menos cinco elementos dos instrumentos de política pública, articulados entre si: atores (individuais e coletivos, dotados de recursos, guiados por interesses materiais e/ou simbólicos), representações (espaços cognitivos e normativos, que dão sentido às suas ações), instituições (normas, regras, rotinas e procedimentos, que governam as interações, os processos (formas de interação e de recomposição no tempo, que justificam as mobilizações) e os resultados (consequências, *outputs*, efeitos da ação pública) (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012).

No caso das políticas sobre drogas dada a complexidade da definição do problema público da drogadição e suas múltiplas interpretações setoriais<sup>5</sup>, a análise a partir instrumentalização pode enfatizar quais são os resultados insatisfatórios de dados instrumentos que são associados diretamente aos modelos de tais instrumentos, que necessariamente ao contexto de implementação. Pretende-se, assim, analisar relações de poder e a possível (des)politização de alguns instrumentos, principalmente, aplicados a populações em situações de risco e

---

<sup>5</sup> Importante destacar que no Brasil prevalece uma forte tendência a análise o problema da drogadição de modo setorial como sendo um problema a ser tratado pela Justiça, pela Saúde ou pela Assistência Social, inclusive em termos de financiamento público. Na verdade, dada a complexidade do problema social e os valores que carrega, a construção de sentidos, estruturação do problema e construção de possíveis alternativas de solução devem ser por essência interdisciplinares e com foco na construção de novas arenas de políticas públicas.

vulnerabilidade social. Os instrumentos são instituições que podem condicionar comportamentos (como os instrumentos constituintes), eventualmente privilegiando alguns atores e excluindo outros (instrumentos de redistribuição), permitindo, enfim, formas de ação que estabilizariam comportamentos (como os instrumentos de regulação econômica) (BOULLOSA, 2013). Ou seja, “os instrumentos – um tipo particular de instituição – estruturam ou influenciam as políticas públicas” (LACOUMES e LE GALÉS, 2009, p. 4), passando a intervir nas relações sociais ao propor novos arranjos relacionais específicos entre os atores pertencentes a uma arena de *policy*. Assim, são possibilidades para a chamada inovação social.

A Stanford Social Innovation Review (2003) define inovação social como o processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais. Para Novy e Leubolt (2005) apud Cloutier (2005) a inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação. A inovação social, assim, se apresenta como uma resposta nova a uma situação social julgada não satisfatória e visa ao bem-estar dos indivíduos e das coletividades, através do atendimento a necessidades como saúde, educação, trabalho, lazer, transporte e turismo. Os instrumentos de redução de danos são voltados a compreensão e estruturação dos problemas relacionados a drogadição de modo mais abrangente, podendo gerar a construção de possíveis soluções em políticas públicas com características de inovação social.

### **3. Contexto das políticas sobre drogas e formação da agenda sobre redução de danos no Estado da Bahia**

Mesmo após muitas mudanças na forma de se pensar os instrumentos de políticas sobre drogas e possíveis tratamentos ao problema social, incluindo avanços significativos na legislação antimanicomial quanto a desinstitucionalização dos dependentes de SPAs, ainda se percebe a escassez de práticas humanizadas no trato com essa população e que tenham a redução de danos como basilar das intervenções.

Considerando que o enfrentamento desta problemática constitui uma demanda mundial, o Brasil lançou a Política Nacional sobre Drogas - PNAD, em 2005. A PNAD, alinha-se pelo princípio de se criar estratégias e ações que a redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, devendo ser realizada de forma articulada inter e intrasetorial, visando à

redução dos riscos, as consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade (BRASIL, 2004).

A partir da PNAD inicia-se um esforço governamental, orientado pelo Governo Federal, no sentido de construir uma nova política de atenção ao usuário de drogas, percebendo esse indivíduo como sujeito de direito. Dado o caráter histórico da setorialização e categorização do problema da drogadição, as dificuldades de implementação de políticas integradas em rede não podem ser ignoradas. Existem obstáculos diversos e nem sempre conhecidos: variáveis políticas, resistências culturais, conflitos de interesse, formação e perfis profissionais, capacidade de governo, entre outros (FLACH,2010), que interferem no processo, até a consolidação de uma nova política pública e, por consequência, de novas práticas sociais.

No Estado da Bahia, esse esforço se inicia com a criação da Superintendência de Prevenção e Acolhimento aos Usuários de Drogas e Apoio Familiar – SUPRAD, que foi criada em 04 de maio de 2011, através da Lei Estadual de nº 12.212, integrando a estrutura da atual Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos<sup>6</sup>, com a finalidade de “planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas preventivas às drogas e de atendimento aos dependentes e suas famílias, promovendo a reinserção social de usuários de drogas” (BAHIA 2011).

Em janeiro de 2012, foi lançado o “Plano Viver sem Drogas”, que se propõe a estruturar uma rede de acolhimento, tratamento e reinserção social de usuários de drogas e apoio às suas famílias no estado da Bahia, atuando de forma sistêmica, além de promover e fomentar ações de prevenção ao uso de drogas, sobretudo junto à população jovem. Tal plano é desenvolvido no Estado da Bahia a partir do Programa Pacto pela Vida (PPV), sendo este um programa estadual criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011, no âmbito do Sistema de Defesa Social – SDS, cujo objetivo principal é a promoção da paz social (BAHIA 2012).

O Pacto pela Vida é organizado e desenvolvido a partir de câmaras setoriais, que dentre elas está a Câmara Setorial de Enfrentamento ao Crack (CSEC). A CSEC é composta por diversas Secretarias de Estado, Ministério Público e Defensoria Pública, sendo coordenada pelo Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH. Esta câmara discute, formula, articula e acompanha projetos para o tratamento da dependência em drogas, ressocialização e reinserção no mercado de trabalho dos dependentes de substâncias psicoativas (SPAs), de modo articulado com a União e com municípios do Estado da Bahia, sendo coordenada pela SUPRAD.

---

<sup>6</sup> Anteriormente, até dezembro de 2014, antes da mudança do governo do Estado, a SUPRAD era um órgão da Secretária de Justiça e Direitos Humanos. A partir de janeiro de 2015 houve a junção desta com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES).



Partindo do pressuposto de que a sociedade ainda não está preparada para lidar com a problemática do consumo de álcool e outras drogas e suas consequências na vida dos indivíduos, sobretudo aqueles que vivem em contexto de rua e tem dificuldade de acesso a serviços e ações governamentais, o Governo do Estado da Bahia, por meio do PPV, propôs o desenvolvimento de ações de promoção da cidadania dos usuários de substâncias psicoativas em situação de rua, baseado nas estratégias de redução de danos físicos e sociais, promovendo seu acesso a políticas públicas de saúde, assistência social, justiça e cultura.

Por conta disso, a SUPRAD convidou o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes para implantar em julho de 2013 o projeto Corra pro Abraço. O CRIA foi convidado a executar o Corra pro Abraço, tendo em vista que a principal estratégia de intervenção do projeto é a arte-educação e a referida Entidade tem larga experiência em processos educacionais e de inclusão social através da metodologia de arte-educação.

O Corra pro Abraço propõe ações que utilizam metodologias mais atrativas e lúdicas em uma perspectiva da promoção de saúde e redução de danos físicos e sociais, em base territorial e comunitária, respeitando a vontade e autonomia dos usuários de SPAs e, por consequência, a garantia dos direitos humanos. Dados os resultados alcançados ao longo desses 02 (dois) anos de atividades, o projeto Corra pro Abraço será ampliado para outros territórios da Capital e Região Metropolitana de Salvador.

### **3. As estratégias de redução de danos do Corra pro Abraço**

Redução de Danos (RD) é a estratégia central para a abordagem a usuários e usuárias de drogas em situação de exclusão social, em diversas partes do mundo, tendo alcançado sucesso por possibilitar a aproximação de profissionais de saúde e outras áreas ao contexto de vida do usuário de drogas. As ações são realizadas nos territórios de consumo de drogas, diretamente com os seus consumidores a abordagem face-a-face, promovendo uma articulação entre os serviços de saúde, assistência social e acesso a direitos sociais até populações que possuem difícil acesso a estes dispositivos.

As Estratégias de Redução de Danos estão amparadas na Lei 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas - SISNAD, e no artigo 196 da Constituição Federal, como medida de intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos para pessoas que usam drogas.

O Projeto Corra pro Abraço adota a redução de danos, tendo como principal objetivo promover o resgate à cidadania da pessoa que faz uso de drogas, visto que, no contexto brasileiro, estas vivem em condições de estigmatização e vulnerabilidade social, o que

interfere na sua capacidade de ir em busca de serviços de saúde. Nos serviços, promovem uma maior aproximação da pessoa que faz uso de drogas à serviços e estratégias de saúde, amparados na pela lei 11.343/2006. A abordagem da redução de danos, portanto,

está direcionada para aqueles usuários que não querem ou não conseguem, em um determinado momento e circunstância, interromper o seu consumo de drogas, a despeito de danos na esfera pessoal, familiar e/ou social. A RD pode ser entendida, *grosso modo*, como uma alternativa às abordagens que têm como meta exclusiva a abstinência do uso de drogas (FONSECA, BASTOS, 2005, p. 58).

O Ministério da Saúde, por meio da sua política nacional com relação a abordagem ao usuário de álcool e outras drogas, compreende que a abstinência não deve ser o único objetivo no tratamento de usuários. Para cuidar de vidas humanas deve-se acolher sem julgamento as escolhas que são feitas e lidar com as singularidades. Esta perspectiva enfatiza a redução de danos como um norteador da política já que constrói com usuários estratégias de saúde e acesso a direitos, estimulando sua participação e responsabilidade em seu tratamento, aumentando o grau de liberdade e implicação desse indivíduo. Neste sentido a RD é um instrumento da política de saúde alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde, bem como da reforma psiquiátrica e é uma maneira de se acolher a cada sujeito em sua singularidade, compreendendo que cada usuário apresenta uma necessidade e uma relação com a droga que será sempre única e dentro do seu contexto, devendo também as estratégias de atenção acolher esse aspecto do sujeito em seu contexto social e com a complexidade das suas redes de relações.

Para pensar a implementação de um programa de redução de danos no contexto do “Corra para o Abraço”, sua equipe precisou estabelecer algumas ações que foram definidas enquanto metas para a construção do projeto. Levou-se em consideração a especificidade do trabalho já desenvolvido pela equipe do projeto durante um ano de funcionamento em duas cenas <sup>7</sup>de uso que possuem grande concentração de pessoas que usam drogas em Salvador: a Praça Tiradentes e o Aquidabã, ambos os territórios localizados no Centro Histórico de Salvador.

Foi realizada uma investigação e mapeamento de campo, a fim de definir quais territórios o programa de redução de danos atuaria. Foi levado em consideração para o desenho do projeto, as demandas apresentadas pelos usuários em campo, bem como os relatos dos profissionais da equipe de abordagem que fazem acompanhamento de casos.

---

<sup>7</sup> Segundo MALHEIRO, Luana cenas de uso é um circuito de consumo de drogas que se caracteriza por ser um conjunto de lugares no espaço urbano que são reconhecidos pelos seus moradores locais pelas práticas de venda e uso de substâncias. Esta atividade interliga os diferentes pontos no espaço urbano dando uma ideia de continuidade.

Cada campo de atuação do Corra pro Abraço demanda a construção de estratégias específicas de inserção. A principal estratégia da equipe é primeiramente construir relações de confiança e respeito mútuo, para que desta forma se crie as bases de uma intervenção em redução de danos, tendo como princípio a troca de saberes e a construção de saberes mistos, na qual a estratégia pensada parte do modo de vida e consumo do sujeito com quem se estabelece interlocução em campo.

A equipe atua em 10 micro áreas, distribuindo água, preservativos masculinos, femininos e lubrificante, realizando atendimentos individuais e grupais sobre redução de danos relacionados ao uso de drogas e, principalmente, investigando a ecologia social, a dinâmica relacionando ao uso e venda de drogas, a demanda dos usuários e usuárias, as suas relações sociais e a micropolítica de cada micro área para o estabelecimento de estratégias específicas de campo.

No escopo profissional multidisciplinar do projeto Corra pro Abraço, a equipe é composta por 4 arte-educadores com especialização nas áreas de grafite e artes plásticas, música e teatro, 2 psicólogo, 2 assistente sociais, 1 sociólogo/supervisor de campo, 1 antropóloga, 2 redutores de danos, 1 advogada e 1 educadora física.

No atual desenho da ação do Corra para o Abraço, a equipe de arte-educadores e profissional de educação física são responsáveis pelas oficinas em campo. A equipe de “abordagem” faz a identificação das demandas, encaminhamentos e os acompanhamentos de casos e a equipe de redução de danos vai ao que se convencionou chamar de “extensão” do campo, que são territórios adjacentes que o projeto passou a atuar a partir da ação do programa de redução de danos para além da Praça Tiradentes e da estação Aquidabã. Durante o trabalho de campo na extensão as equipes de arte-educação e de abordagem também vão a campo, quando os vínculos já estavam estabelecidos nos territórios de atuação pelos redutores de danos.

Desde então o projeto vem sendo desenvolvido com o objetivo geral de promover o Cuidado aos usuários de substâncias psicoativas, baseado nas estratégias de Redução de Danos e prevenção ao uso abusivo de SPA’S, junto a pessoas em situação de rua, com atenção especial aos que apresentem maior vulnerabilidade e risco social, promovendo seu acesso a políticas públicas de saúde, assistência social, justiça e cultura. São objetivos específicos do projeto:

- a) levar cuidado para a rua, baseado no princípio do Cuidado Integral que deve ocorrer no espaço possível para os sujeitos, superando a lógica dos serviços de alta exigência, produzindo espaços de baixa exigência;
- b) promover o acesso da população em situação de rua e usuários de SPA’s a serviços e programas governamentais, ampliando e qualificando seu acesso a estes serviços;
- c) propiciar

ao público-alvo a experimentação de vivências voltadas para prática de redução de danos, prevenção ao uso abusivo de drogas, resgate da autoestima e construção de projeto de vida; d) oferecer Encontro, Implicação, Espaços de Convivência e Sociabilidade na Rua, estimulando a criação de laços e vínculos afetivos e efetivos, a partir de experimentações artísticas e esportivas, fortalecendo a convivência entre as pessoas em situação de rua, usuário de SPA'S e técnicos; e) contribuir para o fortalecimento dos equipamentos da rede de atenção e cuidado à população em situação de rua e usuários de SPA'S, de forma a promover a construção de novas tecnologias sociais de acesso a esta população. (SUPRAD, **Relatório Trimestral do Projeto Corra pro Abraço 2015**. Salvador, 2015. 3p.)

São princípios do projeto:

- a) acolhimento – postura ética de aproximação cuidadosa com o usuário, com respeito ao seu modo de vida, suas escolhas e ao seu local de moradia, oferecendo-lhe disponibilidade para um encontro afetivo e efetivo;
- b) construção de vínculo – Aproximação que prioriza o investimento contínuo na relação, com disponibilidade para o outro, com objetivo de criar laços de confiança entre a equipe e os usuários;
- c) escuta qualificada – Escuta atenta e interessada que promove reflexão dos sujeitos sobre suas trajetórias de vida, estimulando-os e orientando-os a buscar respostas para suas necessidades. (SUPRAD, **Relatório Trimestral do Projeto Corra pro Abraço 2015**. Salvador, 2015. 4p.)

#### **4. Elementos de inovação social do Corra pro Abraço**

No processo de observação participante e por meio da análise de documentos (relatórios de acompanhamento, relatórios finais), tem-se percebido muitos avanços, desafios e dilemas na implementação do Corra pro Abraço. Aqui é realizada uma análise preliminar dos dados obtidos focando em alguns aspectos inovadores do projeto: a) os atores e a atuação multidisciplinar da equipe; b) as representações da arte-educação e formação política como estratégias inovadoras; c) os processos de mobilização e os resultados da ação pública.

##### *a) a Equipe Multidisciplinar do “Abraço”*

A equipe do Corra pro Abraço tem como principais atribuições:

- Identificar pessoas que apresentem maior vulnerabilidade na rua (idosos, gestantes, pessoas com transtorno mental, problemas de saúde e pessoas em débito com a justiça);

- Acompanhar e denunciar situações que ofereçam risco e que potencializem a vulnerabilidade desses sujeitos e de seu grupo por meio da violação de direitos, negligência e omissões por parte de agentes públicos no acesso aos serviços de saúde, assistência e justiça;
- Acompanhamento longitudinal dos casos mais complexos através da construção do plano de acompanhamento do cuidado (PAC);
- Oferecer encaminhamentos para resolução de demandas nos serviços de saúde, assistência social, justiça ou qualquer outro serviço demandado;
- Acompanhar, quando necessário, os beneficiários do projeto aos serviços, de forma a promover e qualificar seu acesso, sua vinculação ao serviço e aos técnicos destes dando visibilidade às suas necessidades específicas;
- Promover articulação das redes de assistência social, saúde e justiça por meio da participação em grupos de trabalho, reuniões técnicas e organização de seminários de sensibilização das redes;
- Contribuir para o empoderamento dos sujeitos, para que se compreendam como cidadãos dotados de direitos sociais, políticos e civis, que devem ser respeitados no acesso aos serviços públicos e privados de uso comum, e no uso do espaço público que é a rua.

Ao longo do primeiro ano do projeto foi identificada a necessidade de ampliação da equipe e inserção de outros profissionais. No primeiro ano do projeto a equipe dividia-se entre equipe de arte-educação e abordagem a usuários de drogas em contexto de rua. Atualmente, conta-se com a equipe de Redução de Danos. São no total 14 profissionais, sendo 4 arte-educadores, 2 psicólogo, 2 assistente sociais, 1 sociólogo/supervisor de campo, 1 antropóloga, 2 redutores de danos, 1 advogada e 1 educadora física. A equipe de Abordagem tem o papel de articular a Rede de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas que atua no Centro Histórico de Salvador da Bahia sendo responsável pelo encaminhamento do público atendido aos serviços públicos. A equipe de Arte-educação e Esporte é composta pelos arte-educadores e educadora física, responsabiliza-se pela elaboração e condução de oficinas de arte, educação e esporte na rua, além de realização de oficinas em espaços fechados como o Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP)<sup>8</sup> da Baixa dos Sapateiros, além de promover o acesso a bens culturais.

---

<sup>8</sup> O Centro Pop é a unidade pública e estatal, de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mais informações em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas->

A entrada do profissional de direito, foi diferencial na composição da equipe, tendo em vista as diversas demandas que surgem dos usuários para intermediação de acesso ao Sistema de Justiça, em especial a Defensoria Pública Estadual (DPE), já que muitos usuários tem algum tipo de conflito com a lei.

No decorrer do primeiro ano do Projeto, também foi percebido que quando a equipe de arte educadores desenvolviam jogos cooperativos e atividades físicas, os usuários se integravam mais e passavam a utilizar o crack com menos intensidade e, por isso, foi integrada também a equipe, o profissional de educação física, que reversa as ações entre as diversas linguagens artísticas da arte-educação e as modalidades esportivas.

Cabe salientar que mesmo com uma boa equipe multidisciplinar, por vezes se percebem alguns conflitos e dilemas no que diz respeito a resquícios da atuação setorial dos profissionais da saúde e assistência social, que a depender da complexidade do caso, tendem a usar procedimentos mais “protocolares” com os usuários que fazem parte do projeto, além da lógica punitiva, ou seja, usuários de drogas precisam de punição já que infringem a Lei e não de acolhimento e cuidado.



A equipe do Projeto Corra pro Abraço e os usuários.

*b) as representações da arte-educação e formação política como estratégias inovadoras*

A realização de oficinas de arte-educação e jogos cooperativos (modalidades esportivas) desenvolvidas nas cenas de uso e espaços de sociabilidade dos usuários têm gerado diferentes

representações que coadunam com os objetivos do projeto Corra pro Abraço e, em alguns casos, geram resultados muitas vezes não previstos explicitamente.

Além das oficinas de arte educação e desporto que são desenvolvidas nas cenas de uso e sociabilidade dos usuários o projeto tem desenvolvido junto com os usuários o acesso aos equipamentos e bens culturais (cinema, teatro, museu e espaços culturais) e práticas de atividades esportivas fora destas cenas. São desenvolvidas atividades como ir a praia e parques da cidade promovendo o deslocamento desses sujeitos para outros lugares, de modo que se propicia aos usuários um deslocamento espacial e subjetivo, mostrando-lhes que é possível viver outra experiência de estar no mundo.

No âmbito da formação política dos usuários de substâncias psicoativas, iniciou-se no primeiro trimestre de 2015, o curso de Redutores de Danos e Referência de Campo. O objetivo desse curso é contribuir com a disseminação de práticas de redução de risco e danos sociais e a saúde entre usuários de drogas que vivem em contexto de rua, com vistas a promoção do cuidado a saúde e empoderamento para o efetivo controle social das políticas sociais a que são beneficiários. Ao longo do curso são disseminadas informações sobre direitos humanos, práticas de redução de danos, noções sobre rede de assistência, saúde e justiça, além de informações e cuidados a saúde. A metodologia utilizada mescla atividades de arte-educação e informações teóricas sobre os conteúdos pertinentes a proposta de cada dia de encontro. Estão sendo formados na primeira turma 20 usuários de SPAs que participam do projeto.



Imagens dos usuários no Curso de Redutores de Danos e Referência de Campo.

Obs: Todas as fotografias foram tiradas com autorização dos participantes.

Deste modo, pode-se perceber indícios de inovação social no uso da arte-educação, atividades físicas e formação política, no sentido satisfazer necessidades básicas de convívio, descobrir e acessar novos territórios, além de empoderar politicamente os usuários de drogas em situação de rua. Apesar de não estar explícito como objetivo do instrumento de política pública Corra pro Abraço a ideia de mudança de projetos de vida, mas apenas a lógica da redução de danos, percebe-se que ao se ampliar os leques de possibilidades e construir novos repertórios no contexto do uso de drogas, sem discriminar ou repreender este fator, espontaneamente tem-se criado novos espaços cognitivos que dão sentido a novas ações cotidianas na vida dos usuários.

*c) os processos de mobilização e os resultados da ação pública.*

Em dois anos de acompanhamento e monitoramento do projeto Corra pro Abraço, através de relatórios, reuniões, visitas técnicas e observação no campo foi possível identificar que a equipe técnica e os usuários construíram coletivamente e em uma prática do experimentar constante, as práticas de atenção, cuidado e redução de danos dos usuários de drogas.

Percebe-se que o princípio metodológico da construção de vínculos, através de uma aproximação respeitosa e cuidadosa para com as pessoas e seu lugar de moradia, tem sido cada vez mais fortalecido, A entrada e permanência nos campos/território onde o projeto atua se dão através de um processo delicado e cuidadoso de aproximação, que tem como princípio o respeito ao modo de vida das pessoas, que habitam e transitam esses campos; ao seu aspecto estético e performance no mundo. A equipe do projeto aceita e acolhe o indivíduo do jeito que ele se apresenta no mundo e que interage com o contexto de sociabilidade já existente nesses lugares. Estar nesses espaços exige de seus técnicos um exercício constante de exegese, ou seja, de pensar e rever sua postura em campo a todo tempo, de forma que seus pressupostos morais e valores interfiram o mínimo possível na sua relação com o outro, num exercício constante de alteridade.

Assim, percebe-se que é possível promover o cuidado na rua, em meio aberto, com atenção psicossocial, promoção de saúde e redução de riscos e danos sociais, em base territorial e comunitária, respeitando a vontade e autonomia dos sujeitos na sua relação com seu corpo e suas noções de saúde e cuidado consigo mesmo. Considera-se as singularidades do modo de vida dessas pessoas, com vistas a reduzir danos físicos e sociais para os indivíduos com baixa exigência de acesso. Deste modo, é comum ocorrer encontros na rua para realização de



diferentes atividades, havendo uma flutuação na participação dos usuários, indo de 12 a 16 participantes em cada atividade.

Atualmente, o projeto tem atingido em média 34 usuários por dia, 544 por mês, chegando a 3.264 usuários no primeiro semestre de 2015.

Ao longo da execução do projeto, em dois anos, em termos de resultados materiais e quantitativos podem ser destacados os seguintes:

- 115 oficinas de arte educação realizadas com a participação de 2.950 participantes;
- 16 oficinas esportivas realizadas com a participação de 448 participantes;
- 10 equipamentos culturais visitados pelos usuários;
- 184 encaminhamentos dos usuários a rede de serviços públicos, como os equipamentos e serviços de saúde, assistência, justiça e cultura;
- 49 usuários com maior vulnerabilidade social acompanhados.

Em termos de redução de danos, a tabela a seguir demonstra alguns números relacionados a cuidados de saúde que foram realizados no projeto:

**Tabela 1 – Intervenções em redução de danos:**

Intervenções	N
Distribuição de copos de água	17.280 copos / 360 caixas
Distribuição de preservativos	8.640 unidades / 60 caixas
Vacinação	22
Testagem HIV/ Hepatite	12
Testagem Tuberculose	30
Feiras de Saúde	02

Fonte: elaboração própria a partir de relatórios do projeto Corra pro Abraço

De modo geral, percebe-se que estes números podem aumentar a medida em que os usuários passam gradativamente a adotar medidas de prevenção, diminuindo seus medos e receios mesmo fazendo o uso contínuo de drogas.

## 5- Considerações Finais

A própria estratégia de redução de danos em si já pode ser considerada como inovadora, uma vez que não tem um caráter repressivo ao problema da drogradição, mas busca criar novos comportamentos, atitudes e práticas dos usuários no sentido de cuidar das suas vidas como eles são e no contexto em que estão.

O instrumento de política pública Corra pro Abraço pode ser considerado como exemplo na execução de uma ação pública em parceria entre Estado e sociedade civil, de modo que se

atinjam resultados DE governo sobre um problema público que se tratado de modo unidirecional ou pela seletividade de atores que a realizam, certamente não conseguiria se efetivar.

A análise inicial deste instrumento já demonstra alguns resultados, mas também possíveis convergências e discrepância entre a teoria explícita (expoused theory) e a teoria implícita (in-use-theory) deste projeto. A teoria explícita pode ser compreendida como o conjunto de verdades, premissas ou relações causais que o explicam; enquanto que a teoria implícita corresponderia ao conjunto de verdades, premissas e relações causais que orientam as práticas cotidianas do instrumento, independente das suas (melhores) intenções explicitadas pelos defensores e documentos de tal instrumento. Em termos de convergências ressalta-se que os resultados alcançados pelo projeto demonstram, por exemplo, que alguns participantes das oficinas e cursos de formação política tem abdicado ou diminuído o uso de SPAs durante a participação e que a presença dos técnicos nos campos onde são desenvolvidos as atividades, por vezes, contribuiu para denuncia e inibição de violações de direitos promovidos por serviços públicos nos campos de atuação do projeto. O diálogo e o cuidado também são estratégias de redução de danos, pois permitem a troca de informações e conhecimentos sobre a prática e estratégias de uso, entre técnicos e usuários.

Em termos de discrepâncias, percebe-se alguns dilemas, como a ausência da noção de integralidade incorporada entre os profissionais da saúde e assistência, tendo alguns ainda agindo com lógicas fragmentadas. Isso é, incorporam as ações que estão no escopo da sua função e passam a estabelecer com o usuário de SPAs um procedimento de “protocolar”, em que no contato com ele, se restringe a definir se o problema é de saúde ou se é de sua responsabilidade ou não.

Os resultados iniciais aqui apresentados poderão ser aprofundados a partir da categorização e gradação dos tipo de inovação em políticas públicas que poderão surgir a partir da análise dos grupos focais com usuários e entrevistas com técnicos a serem realizadas no segundo semestre de 2015.

## Referências

BAHIA. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Política Estadual sobre Drogas**. Salvador, 2012.

BAHIA. Governo do Estado. **Plano de Ações Integradas de Enfrentamento ao Uso de Crack e outras Drogas**. Câmara Técnica Intersectorial. Salvador, 2012.

BOULLOSA, Rosana. Por uma mirada ao revés nas políticas públicas. Apresentação de um percurso de pesquisa. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, VII. **Anais...** Belém: RGS, 2013. Disponível em: [www.anaisenapegs.com.br](http://www.anaisenapegs.com.br) Acesso em: 20 ago 2013.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas. In: BOULLOSA, Rosana (org.) **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS, 2014, p. 144-48 Disponível em: [http://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book\\_dicionario\\_de\\_verbetes](http://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book_dicionario_de_verbetes) Acesso em: 30 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>. Acesso em: fev.2014.

BUCHER, R. ; OLIVEIRA, S. R. M. O discurso do ‘combate às drogas’ e suas ideologias. **Rev. Saúde Pública**. 28, pp. 137-145, 1994.

CLOUTIER, J. 2003. Qu’est-ce que l’innovation sociale? *Crises*, ET0314. Disponível em: [www.crisis.uqam.ca](http://www.crisis.uqam.ca). Acesso em: 18/03/2010.

FLACH, Patrícia Maia Von. **A implementação da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas no Estado da Bahia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia. Salvador.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, E.M. *Políticas de redução de danos ao uso de drogas: o contexto internacional 1011 e uma análise preliminar dos programas brasileiros*. 2005. 112p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA E.; BASTOS, F.I. Políticas de Redução de Danos em Perspectiva: Comparando as Experiências Americana, Britânica e Brasileira. In: Acelrad G. **Avessos do Prazer: Drogas, AIDS e Direitos Humanos**. 2 ed., Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments — from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. *Governance*, n. 20, p. 1-22, 2007.

\_\_\_\_\_. Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. Tradução e estudo introdutório: George Sarmiento, Maceió: EDUFAL, 2012.

MALHEIRO, Luana. Entre sacizeiros, usuários e padrões: um estudo etnográfico sobre cultura de consumo de crack no Centro Histórico de Salvador.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DROGAS E CRIMES (UNODC). Relatório Mundial sobre Drogas. UNODC, 2011. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>>. Acesso em: fev.2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**. Conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SCHOMMER, P. C.; ANDION, C.; PINHEIRO, D. M.; SPANIOL, E. L.; SERAFIM, M. C.. Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social. In: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC, 2011, p. 31-70.

STANFORD SOCIAL INNOVATION REVIEW. 2003. Disponível em: [www.ssireview.com](http://www.ssireview.com). Acesso em: 21/11/2010.